

ND



GRUPO ND

PUBLICIDADE LEGAL

PUBLIQUE AQUI

(48) 3212 4127

☎ (48) 99127 3939

publicidadelegal@ndmais.com.br



Assinado digitalmente por
Editora Notícias do Dia LTDA:00481841000168.
A autenticidade deste documento
pode ser visualizado diretamente no portal
<https://ndmais.com.br/publicacoes-legais>



constantemente a otimização do raio médio de transporte da madeira e o equilíbrio adequado do mix de fibras requerido pelos produtos finais.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas **Aroeira Reflorestadora S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Aroeira Reflorestadora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assun-

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

tos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES		
	31.12.2025	31.12.2024
Resultado líquido do exercício	36.771	149.946
Resultado abrangente total do exercício	36.771	149.946

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os valores reais de realização ou liquidação dos ativos e passivos subjacentes podem diferir dessas estimativas. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas são:

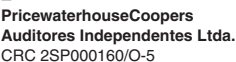
Nota Explicativa	Estimativas e Julgamentos críticos
6	Imposto de renda e contribuição social diferidos.
9	Ajuste a valor justo dos ativos biológicos.

CONTADORA

Dayeile Rodarte Fernandes Silva
CRC SP317897/O-0

base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2026



Renato Barbosa Postal
Contador CRC 1SP187382/O-0

As demonstrações financeiras completas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://ri.klabim.com.br>



GUARICANA REFLORESTADORA S.A.

CNPJ nº 31.231.718/0001-12

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2025

Mensagem da Administração

As atividades florestais desempenham papel fundamental no modelo de negócios da controladora Klabin, assegurando o fornecimento contínuo de madeira para as operações industriais da Companhia. O ativo florestal é composto principalmente por áreas plantadas

de pinus e eucalipto, que possibilitam o acesso às fibras longa e curta com elevada eficiência operacional e competitividade de custos. A gestão florestal é conduzida com foco no abastecimento sustentável das unidades industriais, na qualidade da matéria-prima e na eficiência logística, buscando

constantemente a otimização do raio médio de transporte da madeira e o equilíbrio adequado do mix de fibras requerido pelos produtos finais.

Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL				
	Nota explicativa	31.12.2025	31.12.2024	
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	73.204	38.965	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		—	1.224	
Tributos a recuperar		—	59	
Total do ativo circulante		73.204	40.248	
Não circulante				
Partes relacionadas	5	—	184	
		—	184	
Ativos biológicos	7	407.078	424.586	
Imobilizado	8	70.709	70.718	
		477.787	495.304	
Total do ativo não circulante		477.787	495.488	
Total do ativo		550.991	535.736	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de investimento	Patrimônio líquido total
Em 31 de dezembro de 2023		213.473	14.970	162.698	15.024	406.165
Resultado líquido do exercício		—	—	—	—	103.164
Resultado abrangente total do exercício		—	—	—	—	103.164
Destinação de lucro		—	5.158	28.790	(9.610)	(10.218)
Distribuição de resultados 2023		—	—	—	(10.218)	—
Realização de reserva de ativos biológicos		—	—	(59.268)	—	59.268
Constituição de reserva de ativos biológicos		—	—	88.058	—	(88.058)
Constituição de reserva legal		—	5.158	—	—	(5.158)
Constituição de reserva de investimento e capital de giro		—	—	—	608	(608)
Dividendos pagos		—	—	—	—	(68.608)
Em 31 de dezembro de 2024		213.473	20.128	191.488	5.414	430.503
Resultado líquido do exercício		—	—	—	—	52.709
Resultado abrangente total do exercício		—	—	—	—	52.709
Destinação de lucro	10.3	—	2.635	(2.603)	(4.030)	(56.707)
Realização de reserva de ativos biológicos		—	—	(52.553)	—	52.553
Constituição de reserva de ativos biológicos		—	—	49.950	—	(49.950)
Constituição de reserva legal		—	2.635	—	—	(2.635)
Dividendos pagos		—	—	—	(4.030)	(52.677)
Em 31 de dezembro de 2025		213.473	22.763	188.885	1.384	426.503

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

1. INFORMAÇÕES GERAIS: A Guaricana Reflorestadora S.A., Sociedade de Propósito Específico (“Companhia”), foi constituída em 13 de dezembro de 2018 em conjunto com a Serra do Corvo Branco Participações e Investimentos Societários Ltda. (“TIMO”), e tem como objetivo principal a exploração da atividade florestal no estado de Santa Catarina - SC. De acordo com os documentos da transação entre os sócios, a Klabin S.A. terá o direito de preferência na compra da produção florestal da Companhia. A Klabin S.A. poderá exercer direito de preferência na compra das ações da Companhia pertencentes a TIMO, em opção facultativa a ser exercida entre

2030 e 2035, conforme condições comerciais previstas em acordo de acionistas, levando em consideração o capital investido pela TIMO e o retorno obtido no período até o exercício da opção.

1.1 Declaração de Conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais práticas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS			
	Nota explicativa	31.12.2025	31.12.2024
Receita líquida de vendas	11	102.018	118.931
Variação do valor justo dos ativos biológicos	7	75.682	133.425
Custo dos produtos vendidos	12	(100.543)	(102.137)
Lucro bruto		77.157	150.219
Despesas/receitas operacionais			
Gerais e administrativas		(933)	(803)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		—	2.186
		(933)	1.383
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		76.224	151.602
Receitas financeiras		3.615	4.667
Despesas financeiras		(13)	(4)
Resultado financeiro	13	3.602	4.663
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		79.826	156.265
Correntes	6	(28.458)	(38.269)
Diferidos	6	1.341	(14.832)
Imposto de renda e contribuição social		(27.117)	(53.101)
Resultado líquido do exercício		52.709	103.164
Resultado por ação			
Lucro básico e diluído por ação - R\$		0,0008	0,0016

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	31.12.2025	31.12.2024
Resultado líquido do exercício	52.709	103.164
Resultado abrangente total do exercício	52.709	103.164

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

contábeis adotadas pela Companhia estão divulgadas abaixo ou apresentadas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor de ativos e passivos, o valor justo, por meio do resultado no caso de ativos e passivos financeiros e ativos biológicos. A diretoria financeira aprovou e autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras em 13 de março de 2026. **2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na nota 2.1 - item c). As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão divulgadas abaixo ou apresentadas nas próprias notas explicativas e foram aplicadas de modo consistente entre os exercícios apresentados. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando mensurado pelo valor justo através do resultado, como no caso dos ativos biológicos. **2.1 Sumário das práticas contábeis materiais:** **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moe-

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
	Nota explicativa	31.12.2025	31.12.2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro			
		79.826	156.265
Ajustes por			
Depreciação e amortização	8.2	9	10
Exaustão dos ativos biológicos	7.2	100.395	102.043
Varição do valor justo dos ativos biológicos	7.2	(75.682)	(133.425)
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes e partes relacionadas		184	(184)
Tributos a recuperar		(11.701)	(45)
Fornecedores e partes relacionadas		(2.852)	(236)
Obrigações fiscais		17.325	(2.660)
Obrigações sociais e trabalhistas		1.577	(337)
Caixa gerado nas operações		109.081	121.431
Imposto de renda e contribuição social pagos		(10.930)	(79.557)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		98.151	41.874
Atividades de Investimento			
Adição de plantio e compras de madeira em pé	7.2	(7.205)	(12.540)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(7.205)	(12.540)
Atividade de financiamento			
Dividendos/Juros sobre capital próprio pagos		(56.707)	(78.826)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(56.707)	(78.826)
Aumento de caixa e equivalentes		34.239	(49.492)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		38.965	88.457
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		73.204	38.965

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

da funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. **b) Ativos e passivos não circulantes:** Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após 12 meses subsequentes à data-base das referidas demonstrações financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, se aplicável, até a data do balanço. **c) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os valores reais de realização ou liquidação dos ativos e passivos subjacentes podem diferir dessas estimativas. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas são:

Nota explicativa	Estimativas e Julgamentos críticos
6	Imposto de renda e contribuição social diferidos.
7	Ajuste a valor justo dos ativos biológicos.

CONTADORA

Dayle Rodarte Fernandes Silva
CRC SP317897/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Guaricana Reflorestadora S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Guaricana Reflorestadora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para

fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida

significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Renato Barbosa Postal
Contador CRC 1SP187382/O-0

As demonstrações financeiras completas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://ri.klabin.com.br/>.



Vitru Brasil Empreendimentos,
Participações e Comércio S.A.

CNPJ nº 20.512.706/0001-40 - NIRE 4230004752-0

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 9 de Dezembro de 2025

1. **Data, Hora e Local:** Aos 9 (nove) dias do mês de dezembro de 2025, às 14:00h, de modo exclusivamente digital, considerando-se, portanto, como realizada na sede social da **Vitru Brasil Empreendimentos, Participações e Comércio S.A. ("Companhia")**, localizada na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, na Rodovia José Carlos Daux, nº 5.500, Torre Jurerê A, 2º andar, sala T, bairro Saco Grande, CEP 88.032-005, de acordo com a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme em vigor ("**Resolução CVM 81**").

2. **Publicações e Divulgação:** Edital de primeira convocação da presente Assembleia publicado no jornal "Notícias do Dia", nas edições dos dias 14, 15 e 17 de novembro de 2025, nas páginas 21, 26 e 21, respectivamente, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das S.A.**"), e com divulgação simultânea dos documentos na página desse mesmo jornal na *internet*, nos termos do artigo 289, I, da Lei das S.A. O Edital de Convocação, a Proposta da Administração e os demais documentos pertinentes às matérias constantes da ordem do dia também foram disponibilizados na sede da Companhia, bem como nos websites da CVM, da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e da Companhia.

3. **Mesa:** Presidência pelo Sr. Edson Gustavo Georgette Peli, e secretariada pelo Sr. Gustavo Secaf Rebello.

4. **Quórum:** Presentes acionistas titulares de 89.113.873 (oitenta e nove milhões, cento e treze mil, oitocentas e setenta e três) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia representando aproximadamente 66,68% (sessenta e seis inteiros e sessenta e oito centésimos por cento) do capital social total e com direito a voto, conforme participação por meio de boletins de voto a distância validados pela Companhia e presenças registradas na Plataforma Digital, nos termos do artigo 47 da Resolução CVM 81, ficando desta forma constatado o atendimento ao quórum legal para a instalação desta Assembleia. Encontram-se presentes também os Srs. Gabriel Silva Lobo Leite, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, e Paulo Sergio Cruz Dortas Matos, Coordenador do Comitê de Auditoria.

5. **Ordem do Dia:** Deliberar, dentre outros e relativamente à proposta de reorganização societária envolvendo a Companhia, por meio da incorporação da sua subsidiária Cesumar Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Maringá, estado do Paraná, na Avenida Guedner, nº 1.610, Zona 08, CEP 87.050-390, inscrita no CNPJ sob o nº 79.265.617/0001-99, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE 41205923961 ("**Cesumar**" e "**Incorporação**", respectivamente); (i) aprovar o "**Protocolo e Justificação de Incorporação da Cesumar Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda. pela Vitru Brasil Empreendimentos Participações e Comércio S.A.**" ("**Protocolo**"); (ii) ratificar a nomeação da **Apsis Consultoria e Avaliações Ltda.**, sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Rua do Passeio, nº 62, 6º andar, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 08.681.365/0001-30 e no Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro sob o nº 005112/0-9 ("**Empresa Avaliadora**"), como empresa avaliadora responsável pela elaboração do laudo de avaliação da Cesumar ("**Laudo de Avaliação**"); (iii) examinar e aprovar o Laudo de Avaliação; (iv) examinar e aprovar a Incorporação, nos termos do artigo 227 da Lei das S.A. e do Protocolo; (v) tendo em vista a renúncia apresentada por um dos membros do Conselho de Administração, reduzir o número de membros do Conselho de Administração fixado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2025, aprovando-se a fixação em 9 (nove) membros para o restante do mandato atual; (vi) aprovar a alteração da denominação social da Companhia para "**Vitru Educação S.A.**", com a consequente alteração do artigo 1º do Estatuto Social; (vii) a provar a alteração da sede social da Companhia para a cidade e estado de São Paulo, com a consequente alteração do artigo 2º do Estatuto Social; (viii) aprovar o aprimoramento da redação do objeto social da Companhia de forma a detalhar as atividades vinculadas à educação e à instrução, com a consequente alteração do artigo 3º do Estatuto Social; (ix) aprovar a alteração da nomenclatura do "Comitê de Auditoria" para "Comitê de Auditoria e Riscos", com a consequente alteração dos artigos 18, inciso (xxviii), 24 e 25 e da Seção V do Estatuto Social; (x) aprovar a exclusão do parágrafo único do artigo 39 do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista que as disposições nele contidas já entraram em vigor; (xi) aprovar a consolidação do Estatuto Social para refletir as alterações propostas nos itens (v) a (x) acima; e (xii) aprovar a autorização para os administradores da Companhia e da Cesumar praticarem todos os atos necessários à implementação da Incorporação.

6. **Deliberações:** Inicialmente, foi aprovado: (i) a dispensa da leitura do Edital de Convocação, da Proposta da Administração (conforme abaixo definido), bem como do mapa de votação sintético consolidado dos votos proferidos por meio de boletins a distância, tendo em vista que tais informações são de ampla divulgação; (ii) a lavratura da ata da presente Assembleia na forma de sumário e a sua publicação sem os nomes dos acionistas presentes, de acordo com o previsto no artigo 130, parágrafos 1º e 2º da Lei das S.A. O Secretário informou aos presentes que protestos, questionamentos e requerimentos dissidentes sobre a matéria a ser deliberada deverão ser apresentados, por escrito, à Mesa, na forma prescrita no artigo 130, parágrafo 1º, alínea "a", da Lei das S.A. Instalada a Assembleia, após a análise e discussão das matérias indicadas na Ordem do Dia, os acionistas presentes deliberaram o quanto segue (conforme mapa de votação que consta do **Anexo I** à presente ata): (i) Aprovar, por maioria de votos, o Protocolo, anexo à presente Ata como **Anexo II**; (ii) Aprovar, por maioria de votos, a ratificação da nomeação da Empresa Avaliadora; (iii) Aprovar, por maioria de votos, o Laudo de Avaliação; (iv) Aprovar, por maioria de votos, a Incorporação, nos termos do artigo 227 da Lei das S.A. e do Protocolo, com eficácia a partir de 1º de janeiro de 2026, inclusive; (v) Aprovar, por maioria de votos, a redução do número de membros do Conselho de Administração fixado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2025, aprovando-se a fixação em 9 (nove) membros para o restante do mandato atual; (vi) Aprovar, por maioria de votos, a alteração da denominação social da Companhia para "**Vitru Educação S.A.**", com a consequente alteração do artigo 1º do Estatuto Social, o qual passará a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 1. A Vitru Educação S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, regida pelo presente estatuto social ("Estatuto Social"), pela Lei nº 6.404, de 15.12.1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis**"; (vii) Aprovar, por maioria de votos, a alteração do endereço da sede social da Companhia, com a consequente alteração do artigo 2º do Estatuto Social, o qual passará a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 2. A Companhia tem sua sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Tenente Negreiro, nº 100, 13º andar, CEP 04.530-030, e poderá abrir, alterar, transferir e encerrar filiais, depósitos e agências em outras praças do País e do exterior, mediante deliberação da Diretoria**"; (viii) Aprovar, por maioria de votos, o aprimoramento da redação do objeto social da Companhia de forma a detalhar as atividades vinculadas à educação e à instrução, com a consequente alteração do artigo 3º do Estatuto Social, o qual passará a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 3. A Companhia tem por objeto social:** (i) organizar, manter e desenvolver atividades vinculadas à educação e à instrução em todos os seus níveis e graus, nos termos dos princípios consignados na legislação específica, incluindo no âmbito de suas atividades educacionais, mas não se limitando a (a) prestação de serviços educacionais, culturais e à arte, científicos e sociais, em seus vários graus de ensino, através da promoção de cursos de formação, técnicos, de extensão, de especialização e aperfeiçoamento de pessoas para empreendimentos públicos e privados; (b) a realização de estudos, pesquisas e projetos de caráter cultural, ensino de música, científico e educacional; (c) a organização e manutenção de estabelecimentos de ensino de acordo com as exigências dos sistemas de ensino federal e estadual; (d) o auxílio ao poder público e terceiros por meio do oferecimento de serviço ou assistência educacional, cultural, social e esportiva à população, através de convênios, contratos ou outras modalidades de cooperação; (e) a criação, organização e manutenção de estruturas administrativas e operacionais, ou de filiais, para atividades laboratoriais, hospitalares, de farmácia, odontológicas de radiodifusão sonora e televisão, de restaurante, de inseminação artificial, transferência e produção in vitro de embriões de animais; (f) a exploração de atividades agrícolas e pecuárias por meio da prestação de serviços e comercialização de mercadorias relacionadas às atividades específicas, incluindo, sem limitação, ao comércio varejista de produtos farmacêuticos, artigos de perfumaria, cosméticos e de higiene pessoal, que possam servir de base para a realização das atividades de ensino, pesquisa, extensão, cultural e/ou social; (g) a exploração de atividades de fisioterapia; (h) a edição de livros e materiais didáticos, na forma impressa, eletrônica (CD) e na internet e a aquisição de direitos autorais para a edição e disseminação de livros e materiais didáticos; (i) a gestão de direitos autorais e a gravação de mídias de aulas para atividades de ensino, para veiculação na internet; (j) a organização logística de transporte de materiais didáticos, na internet; operação de transporte multimodal OTM; (k) a organização logística de transporte de materiais didáticos, livros e outros materiais e bens utilizados nas atividades de ensino; (l) contribuir para o desenvolvimento da solidariedade humana, através do aperfeiçoamento do homem e da preservação da cultura brasileira inspirada nos princípios morais, cívicos e democráticos; (m) realizar e participar de congressos, seminários, excursões e reuniões com finalidades educacionais, culturais e sociais, observado que as unidades de educação e de ensino que vierem a ser mantidas pela Companhia terão suas finalidades específicas nos seus respectivos regimentos; (ii) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; (iii) prestação de serviços relacionados a portais e provedores de conteúdo; (iv) realizar a promoção de vendas, incluindo para afiliados que também realizam atividades de promoção e divulgação de produtos; (v) realizar comércio varejista de livros, incluindo livros digitais; e (vi) a participação no capital de outras sociedades empresárias ou não empresárias, como quotista ou acionista, no Brasil e/ou no exterior." (ix) Aprovar, por maioria de votos, a alteração da nomenclatura do "Comitê de Auditoria" para "Comitê de Auditoria e Riscos", com a consequente alteração dos artigos 18, inciso (xxviii) e Seção V, artigos 24 e 25 do Estatuto Social, os quais passarão a vigorar com as seguintes redações: "**Artigo 18.** Sem prejuízo das demais matérias que lhe sejam atribuídas por lei e na regulamentação aplicável, compete privativamente ao Conselho de Administração, dentro de suas atribuições legais e estatutárias, deliberar a respeito das matérias elencadas abaixo: [...] (xxix) aprovar o orçamento do Comitê de Auditoria e Riscos da Companhia e de eventuais outros comitês que sejam constituídos, nos termos deste Estatuto Social. **Seção V - Do Comitê de Auditoria e Riscos - Artigo 24.** O Comitê de Auditoria e Riscos, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, é composto por, no mínimo, 3 (três) membros indicados pelo Conselho de Administração, sendo que ao menos 1 (um) será conselheiro independente, ao menos 1 (um) deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária e a maioria seja de membros independentes, conforme definido por resolução da CVM vigente e aplicável ao tema. **Parágrafo 1º.** O mesmo membro do Comitê de Auditoria e Riscos pode acumular ambas as características referidas no caput. **Parágrafo 2º.** É vedada a participação de diretores da Companhia, suas controladas, controladoras, coligadas ou sociedades sob controle comum, diretas ou indiretas, no Comitê de Auditoria e Riscos. **Parágrafo 3º.** Os membros do Comitê de Auditoria e Riscos devem atender aos requisitos previstos no artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo 4º.** O Comitê de Auditoria e Riscos deverá se reunir sempre que necessário, mas no mínimo bimestralmente de forma que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação. **Parágrafo 5º.** É vedada a participação de quaisquer membros do Comitê de Auditoria e Riscos que não possuam a necessária independência para o exercício da função, em especial pela sua caracterização como acionista controlador ou pela existência de relação de subordinação com qualquer pessoa que, por força do disposto no artigo 22, parágrafo 3º do Regulamento do Novo Mercado, esteja impedida de ocupar o cargo. **Artigo 25.** Compete ao Comitê de Auditoria e Riscos, entre outras matérias: [...] (viii) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (a) as reuniões realizadas, suas atividades, os principais assuntos discutidos, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria e Riscos em relação às demonstrações financeiras da Companhia. **Parágrafo 1º.** O Comitê de Auditoria e Riscos deverá possuir meios para recepção e tratamento de informações, inclusive sigilosas, internas e externas à Companhia acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação. **Parágrafo 2º.** O regimento interno do Comitê de Auditoria e Riscos conterá as demais previsões de suas funções, bem como de seus procedimentos operacionais." (x) Aprovar, por maioria de votos, a exclusão do parágrafo único do artigo 39 do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista que as disposições nele contidas já entraram em vigor; (xi) Aprovar, por maioria de votos, a consolidação do Estatuto Social para refletir as aprovadas dispostas nos itens (v) a (x) acima, anexo à presente ata como **Anexo III**; e (xii) Aprovar, por maioria de votos, a autorização para os administradores da Companhia e da Cesumar praticarem todos os atos necessários à implementação da Incorporação.

6. **Documentos:** Ficam arquivados na sede da Companhia: (i) Edital de Convocação; (ii) Manual de Participação e Proposta da Administração ("**Proposta da Administração**"); (iii) Mapas de votação; (iv) Boletins de voto a distância recebidos diretamente pela Companhia; (v) orientações de voto recebidos, numerados e autenticados pela mesa; e (vi) a gravação na íntegra da presente Assembleia.

7. **Encerramento:** Em cumprimento aos artigos 22, parágrafo 5º e 33, parágrafo 4º, ambos da Resolução CVM 80, o total de aprovações, rejeições e abstenções computadas na votação das matérias constantes da Ordem do Dia encontra-se indicado no **Anexo I** à presente Ata, o qual, para todos os efeitos, deve ser considerado como parte integrante da presente Ata. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta Ata, em forma de sumário, lida e achada conforme e assinada eletronicamente. Todos os acionistas conectados na Plataforma Digital foram considerados presentes e assinantes da Ata e do livro de presença de acionistas, nos termos do artigo 47, parágrafo 1º, da Resolução CVM 81.

8. **Certidão:** A presente é cópia fiel do original lavrado no livro de Atas das Assembleias Gerais da Companhia, nos termos do artigo 130, parágrafo 3º, da Lei das S.A. **Assinaturas:** **Mesa:** Presidente - Edson Gustavo Georgette Peli, e Secretário - Gustavo Secaf Rebello. **Acionistas Presentes:** FERNANDO DI GENIO BARBOSA, SILVIA DI GENIO BARBOSA, LUCIANA DI GENIO BARBOSA, ALPHAKEY LONG SHORT PLUS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, ALPHAKEY PREVIDÊNCIA 100 XP SEG FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES, VINGEVAAR FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES, BEST IDEAS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES, ALPHAKEY INSTITUCIONAL MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES, ALPHAKEY PREVIDÊNCIA 100 FIFE FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES, ALPHAKEY PREV ITAÚ 100 FIFE FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES, ALPHAKEY MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES, ALPHAKEY LONG SHORT MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO MULTIMERCADO, BRIGHT FUTURE PROPERTIES CORP, FLOWINGZGK LIMITED, INGA LEGACY LIMITED, LOYAL ENTERPRISES COMPANY LIMITED, CRESCERA GROWTH CAPITAL V CO-INVESTIMENTO III FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, WESLEY KENDRICK SILVA, WILLIAM VICTOR KENDRICK DE MATOS SILVA, CRESCERA GROWTH CAPITAL MASTER V FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, WILSON DE MATOS SILVA FILHO, LION OF THE TRIBE OF JUDAH COMPARISON INC., MBF INVESTMENTS GROUP INC., AGAPE ASSET GROUP LIMITED, GEMMA ASSETS CAPITAL LIMITED, HERITAGE PROPERTIES INVESTING LIMITED, PRECIOUS ASSETS VENTURES LIMITED, MANTIQUEIRA MASTER FI MULTIMERCADO CP IE, GREEN INVESTING INC., AF INVEST MINAS FIA, ALFA HORIZON FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, ACE 3 STARS BSIDE FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM AÇÕES, WILSON DE MATOS SILVA, FUNDO BRASIL DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS FIP MULTISTRATEGIA II, VT FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPACOES MULTISTRATEGIA RESPONSABILIDADE LIMITADA, ITAÚ ARTAX MULTIMERCADO FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RESPONSABILIDADE LIMITADA, ITAÚ MASTER GLOBAL DINÂMICO ULTRA MULTIMERCADO FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RESPONSABILIDADE LIMITADA, ITAÚ ARTAX ENDURANCE FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO MULTIMERCADO RESPONSABILIDADE LIMITADA, ITAÚ MASTER GLOBAL DINÂMICO MULTIMERCADO FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RESPONSABILIDADE LIMITADA, ITAÚ VÉRTICE OMNI FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO MULTIMERCADO RESPONSABILIDADE LIMITADA, ITAÚ ARTAX LONG BIAS MULTIMERCADO FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RESPONSABILIDADE LIMITADA., ITAÚ ARTAX ULTRA MULTIMERCADO FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO RESPONSABILIDADE LIMITADA, SERGIO FEIJAO FILHO, PAULO HENRIQUE SILVEIRA DE LIMA, NORGES BANK, PEDRO BERNARDINELLI JUNIOR, CLEIDERSON DOS SANTOS VILLELA, ALEXANDRE GRECHI, MARIEL MARTINS DIAS, THE UNITED NATIONS JOINTS STAFF PENSION FUND, PAULO VICTOR CRESPO NEIVA, NEWFOUNDLAND PANTERA FIF AÇÕES, SPX FALCON MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES, SPX FALCON INSTITUCIONAL MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, SPX LONG BIAS PREVIDENCIÁRIO MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, SPX LONG BIAS PREVIDENCIÁRIO MASTER 2 FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO MULTIMERCADO RESPONSABILIDADE LIMITADA, SPX HORNET EQUITY HEDGE MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, SPX APACHE FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO DE AÇÕES RESPONSABILIDADE LIMITADA, SPX PATRIOT MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES, DBOAT I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉ GIA RESPONSABILIDADE LIMITADA, HARDIHOOD I FIA. Florianópolis, em 9 de dezembro de 2025. **Gustavo Secaf Rebello** Secretário. **Junta Comercial do Estado de Santa Catarina** Certifico o Registro em 11/03/2026, Arquivamento 20269918116, Protocolo 269918116 de 08/01/2026, NIRE 42300047520. Nome da empresa VITRU EDUCACAO. Luciano Leite Kowalski - Secretário-Geral.



AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Joinville através da Unidade de Licitações da Secretaria de Administração e Planejamento leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 14.133/21 e suas alterações posteriores, fará realizar o procedimento licitatório de Pregão Eletrônico nº 083/2026, Portal de Compras do Governo Federal nº 90083/2026, para o Registro de Preços, visando a futura e eventual Aquisição de Videolaringoscópio Portátil, na Data/Horário: 30/03/2026 às 08:30 horas, para abertura das propostas. O edital encontra-se à disposição dos interessados no site www.joinville.sc.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br, UASG 453230, Chave TCE: F53AB2C82A409B29D295A869A16722FC6E7D4972.

Joinville/SC, 13 de Março de 2026.

Ricardo Mafra – Secretário de Administração e Planejamento.

Silvia Cristina Bello – Diretora Executiva

LEILÃO ON-LINE Nº 02/2026 SC

Machado
1º Leilão/Praça: 02 de Abril de 2026, às 14h30min (Lanço não inferior à avaliação) 2º Leilão/Praça:09 de Abril de 2026, às 14h30min (A quem mais der, desde que igual ou superior a 50% do valor da avaliação). Local: ON-LINE, através do site do Leiloeiro: www.machadoleiloeiro.com.br Para todos os efeitos, é o horário oficial de Brasília (Brasil) que se aplica ao presente Edital. **Fábio Marlon Machado, Leiloeiro Oficial**, matriculado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o nº AARC 370, devidamente autorizado pelos Excelentíssimos Senhores Doutores Juizes do Juízo da Vara Estadual de Direito Bancário/SC, venderá em Público Leilão/Praça, na modalidade ON-LINE, na forma da Lei, em dia, hora e local supracitados, os seguintes bens penhorados: **LOTE 01 AUTOS Nº 5000245-13.2019.8.24.0002** EXEQUENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Auriverde – Sicoob – Credial SC/RS EXECUTADOS: Editora Jornalística Novoeste Eireli, Indianara Teixeira Pires da Silva e Jairo Miguel da Silva. **BEM:BOX DE GARAGEM Nº32 NO EDIFÍCIO MAUÁ EM MARAVILHA/SC LOTE 02 AUTOS Nº 0310196-30.2016.8.24.0008** EXEQUENTE: Cooperativa de Crédito Vale do Itajaí Viacredi EXECUTADOS: Trade Tower Comercial Importadora e Exportadora Ltda e Nérico João Fornari. **BEM: TERRENO URBANO DE 8.748,00M² EM TIMBÓ/SC LOTE 03 AUTOS Nº 0048874-59.2000.8.24.0038** EXEQUENTE: Banco do Brasil S.A EXECUTADOS: Moacir Caetano Rosa e Mauro Barreto Dutra. **BEM: TERRENO DE 532M² COM BENFEITORIAS EM JOINVILLE/SC LOTE 04 AUTOS Nº 5002929-95.2023.8.24.0930** EXEQUENTE: Cooperativa de Crédito do Vale do Itajaí e Litoral Catarinense – Sicredi Vale Litoral SC EXECUTADOS: Litoral Portas Ltda Falido, Analu Bernardo Francisco e Emerson Luis Siqueira **BEM: FRAÇÃO IDEAL TERRENO DE 6,66% CORRESPONDENDO A 50M² EM ITAJAÍ/SC Ônus/Recursos – Consulte edital.** Pelo presente Edital, ficam intimadas as partes, seus cônjuges se casados forem, bem como os credores pignoratícios, hipotecários, anticréticos, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada, caso não encontrados pelo Sr. Oficial de Justiça, valendo o presente como Edital de Intimação, conforme artigo 889 do CPC, sendo sua cópia afixada no local de costume. **Edital na Íntegra disponível para download www.machadoleiloeiro.com.br, maiores informações pelo fone: 49 9 9804-0807.**



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE MAJOR GERCINO

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 27/2025

PREGÃO ELETRÔNICO

FORMA DE CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇO
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE MAJOR GERCINO
DATA E HORÁRIO DA SESSÃO: 02/04/2026 ÀS 08H30 HORAS
DATA E HORÁRIO FINAL ENVIO DAS PROPOSTAS: 02/04/2026 ÀS 08:15 HORAS
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM
VALOR MÍNIMO DO LANCE: R\$ 0,00
FERNANDA FARIAS MUENICH MARQUES
Secretária Municipal de Educação



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Setor de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico 25/2026 PML

Objeto: Registro de Preços para contratação eventual e futura de serviços de sonorização, iluminação, filmagem e locação de estruturas para realização de eventos, para atender as necessidades de diversos órgãos e setores da Prefeitura Municipal de Lages/SC.

Abertura: 01/04/2026 às 09:00h.

Valor Estimado: R\$ 6.499.577,59

Da retirada do Edital: www.lages.sc.gov.br

Lages, 18 de março de 2026
Fernanda Cristina Torres
Secretária da Administração



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 029/2026

O Município de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, acha-se aberto até as 9h do dia 29 de abril de 2026, Concorrência Eletrônica, cujo objeto consiste na **EXECUÇÃO DE OBRAS, PELO SISTEMA DE EMPREITADA GLOBAL, DE RESTAURAÇÃO DO CASARÃO ZIPPERER, MEDIANTE RECURSOS DO CONVÊNIO 835776/2016 – APOIO A PROJETO DE INFRAESTRUTURA TURÍSTICA – RESTAURAÇÃO DO CASARÃO ZIPPERER, LOCALIZADO NA RUA CARLOS WEBER, 150, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO/SC.** As propostas deverão ser encaminhadas via INTERNET pelo Portal de Licitações Compras BR, no endereço eletrônico <https://comprasbr.com.br/>, a partir desta data, encerrando-se no prazo acima. O início da disputa das propostas classificadas se dará às 9h05min do mesmo dia. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, situado na Avenida Richard Schweitzer de Albuquerque, 200, Centro Cívico de Rio Negrinho – SC. Cópias do Edital poderão ser obtidas no site: <https://comprasbr.com.br/> e <http://rionegrinho.atende.net>. Demais informações pelo telefone (47) 3646-3636/3646-3632.

Rio Negrinho, 10 de março de 2026.

CAIO CESAR TREML - Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026

O Município de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, acha-se aberto até as 9h do dia 1º de abril de 2026, Pregão Eletrônico, cujo objeto consiste no **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE POSTEAMENTO, REDE DE PROTEÇÃO, GRAMADO SINTÉTICO E VIGAMENTO, QUE ATENDAM AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO/SC.** As propostas deverão ser encaminhadas via INTERNET pelo Portal de Licitações Compras BR, no endereço eletrônico <https://comprasbr.com.br/>, a partir desta data, encerrando-se no prazo acima. O início da disputa das propostas classificadas se dará às 9h05min do mesmo dia. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, situado na Avenida Richard Schweitzer de Albuquerque, 200, Centro Cívico de Rio Negrinho – SC. Cópias do Edital poderão ser obtidas no site: <https://comprasbr.com.br/> e <http://rionegrinho.atende.net>. Demais informações pelo telefone (47) 3646-3636/3646-3632.

Rio Negrinho, 13 de março de 2026.

CAIO CESAR TREML
Prefeito Municipal

Interdição/Curatela Nº 5038299-54.2024.8.24.0008/SC REQUERENTE: RIVELINO ROBERTO RADUNZ REQUERIDO: VOLMIR RADUNZ EDITAL Nº 310090778845 JUIZ DO PROCESSO: Eduardo Passold Reis - Juiz(a) de Direito Interdito(a)(s): VOLMIR RADUNZ, endereço: Rua Augusto Radunz, 1011 - Testo Salto - 89074720, Blumenau/SC (Residencial). Prazo do Edital: 1 dia Doença Mental Diagnosticada: TOD), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Retardo Mental Moderado (CID10 F71). Data da Sentença: 23/01/2026. Curador(a) Nomeado(a): RIVELINO ROBERTO RADUNZ. Pelo presente, os que vierem ou dele conhecimento tiverem FICAM CIENTES de que neste Juízo de Direito tramitam regularmente os autos do processo epígrafado, até a sentença final, sendo decretada a medida postulada conforme transcrito na parte superior deste edital, e NOMEADO(A) o(a) curador(a), o(a) qual, aceitando a incumbência, prestou o devido compromisso e está no exercício do cargo. E para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, foi expedido o presente edital, o qual será afixado no local de costume e publicado 03 (três) vez(es), com intervalo de 10 (dez) dias, na forma da lei.

LEILÕES ONLINE

Extrato de Edital Extrajudicial Unificado e Notificações - Lei 9.514/1997

A COOPERATIVA DE CREDITO ALTO VALE DO ITAJAI - SICOOB ALTO VALE, inscrita no CNPJ nº 80.959.612/0001-45, faz saber que a Plataforma Online de Vendas Públicas **www.leiloador.com.br** através do Leiloeiro Público Oficial, Júlio Ramos Luz, Matrícula AARC/162 realizará Leilões Extrajudiciais e Notificações nos termos da Lei 9.514/1997, exclusivamente Online.

Sala comercial 1 - 34,68m², Apartamento 2 - 34,68m² e Apartamento 3 - 34,68m² em Presidente Getúlio (SC)

Matrícula 14.235-RI de Presidente Getúlio/SC: Sala Comercial 1, com área total de 3468, **Matrícula 14.236-RI de Presidente Getúlio/SC:** Apartamento 2 e **Matrícula 14.237-RI de Presidente Getúlio/SC:** Apartamento 3, situados no bloco 1 do Residencial Colina do Vale, na rua Olidor Starke nº 58, bairro Rio Ferro, na cidade de Presidente Getúlio/SC.

Em desfavor dos Devedores, Garantidores, Intervinentes, RENATO LUNELLI, CNPJ 16.***-**-****, RENATO LUNELLI, CPF 044.***-**-**, VANIA VENDRAMI LUNELLI, CPF 050.***-**-** e ATON INCORPORADORA DE IMOVEIS LTDA, CNPJ 43.***-**-**

1ª Data: 06/04/2026 | 14:00h

2ª Data: 13/04/2026 | 14:00h

Lance Mínimo R\$ 1ª Data Formal

R\$ 465.000,00*

Lance Mínimo R\$ 2ª Data Formal

R\$ 323.939,60*

(47) 3521-7730 e (47) 3521-1940

APP

COLEGIO CATARINENSE

Associação de Pais e Professores – Colégio Catarinense
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do Conselho Superior da Associação de Pais e Professores do Colégio Catarinense – (APP/CC) – no uso de suas atribuições, especificamente, as constantes no artigo 19 do Estatuto da APP/CC, **CONVOCA** a todos os Associados para reunirem-se em **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, no dia 08 de abril de 2026, às 19h**, na sala Matteo Ricci do Colégio Catarinense em primeira convocação, com a maioria simples e, meia hora mais tarde, em segunda e última convocação, com qualquer número de associados, na conformidade das disposições estatutárias, no Auditório do Colégio Catarinense, para dar cumprimento ao disposto na letra “a” do artigo 17, dos Estatutos da APP/CC.

“Art.17 – São realizadas duas Assembleias Gerais ordinárias:
a) de 02 (dois) em 02 (dois) anos no mês de abril para eleger os membros dos órgãos da administração da APP/CC, e
b) anualmente, no mês de maio, para o fim previsto nas alíneas “b” e “c” do Artigo anterior e posse dos eleitos quando for o caso”.

ATIVIDADES:
ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA DA APP/CC
BIÊNIO 2026/2028

Florianópolis, 18 de março de 2026.
Pe. Eduardo Roberto Severino
Presidente do Conselho Superior
APP/CC

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS E DO MATERIAL ELÉTRICO DE JOINVILLE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA VIRTUAL

Ficam pelo presente Edital convocadas todas as empresas pertencentes à categoria econômica, associadas ou não a este Sindicato, para a Assembleia Geral Extraordinária que realizar-se-á às 13h30min (treze horas e trinta minutos) do dia 26 de março de 2026 por meio da plataforma virtual Teams (<https://teams.microsoft.com>), cujo acesso deverá ser solicitado pelo e-mail sindicatos.secretaria@acij.com.br ou vanderlei.schadeck@gmail.com até a data e horário que antecede o início da Assembleia Geral Extraordinária.

Na ausência de “quorum” legal de acessos on-line, a Assembleia realizar-se-á em segunda convocação às 14:00h (quatorze horas) do mesmo dia e no mesmo ambiente virtual deliberando então com qualquer número de presentes, sendo a seguinte:

“ORDEM DO DIA”:

- 1 . Tomar conhecimento das reivindicações do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos, na Fundação, na Siderurgia e na Indústria do Material Elétrico de Joinville, para negociação da Convenção Coletiva de Trabalho para o período de 01.04.2026 a 31.03.2027;
- 2 . Delegação de poderes à Diretoria para nomeação dos membros e suas substituições da comissão de negociadores com objetivo de discussão e realização das Convenções Coletivas de Trabalho, com o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos, na Fundação, na Siderurgia e na Indústria do Material Elétrico de Joinville e/ou com outros Sindicatos representativos de categorias profissionais diferenciadas e liberais, e ainda, quando for o caso, para proposição de medidas judiciais e/ou extrajudiciais;
- 3 . Discussão e deliberação sobre a mensalidade sindical, contribuição associativa, confederativa ou negocial para todas as empresas pertencentes à categoria econômica, associadas ou não a este Sindicato, para sustentabilidade da organização sindical.

Joinville, 18 de março de 2026.
Terencio Knabben Oenning – Presidente

Aviso de Licitação

O Município de Chapecó, SC, torna público que dia 14 de abril de 2026, às 09h01min realizará a abertura da Concorrência Eletrônica n.º 092/2026, destinada à “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA READEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DO CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL MUNICIPAL (CEIM) LEÃOZINHO”. Protocolo até às 08h55min do dia 14 de abril de 2026. Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.chapeco.sc.gov.br, no endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 957-S, ou pelo fone 49 – 3321-8456. Chapecó-SC, 17 de março de 2026.
Astrit Maria Savaris Tozzo – Secretária de Educação
ID/TCE: BBA68F3A9F1C342BE41DA8BA122A2B5B8D8C6410

Aviso de Licitação

O Município de Chapecó, SC, torna público que dia 16 de abril de 2026, às 09h01min realizará a abertura da Concorrência Eletrônica n.º 094/2026, destinada à “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DE REFORMA DO MURO DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL (EBM) DILSO CECCHIN”. Protocolo até às 08h55min do dia 16 de abril de 2026. Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.chapeco.sc.gov.br, no endereço: Av. Getúlio Vargas, nº 957-S, ou pelo fone 49 – 3321-8456. Chapecó-SC, 17 de março de 2026.
Astrit Maria Savaris Tozzo – Secretária de Educação
ID/TCE: D44AA6A3F66499D289FAE463AA33AE3A9DFEA07B

COOPERATIVA DE ENERGIA MOVE CNPJ 38.185.835/0001-36

CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Paula Areão da Silva Franzoni, Presidente da COOPERATIVA DE ENERGIA MOVE, inscrita no CNPJ sob o n. 38.185.835/0001-36, no uso de suas atribuições, convoca os senhores cooperados para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária, no dia 30 de março de 2026. A Assembleia ocorrerá na sede da Cooperativa, situada na Rua Cristóvão Nunes Pires, nº 110, sala 203, Centro, Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP 88010-120; também será disponibilizado link para conexão remota, a ser solicitado pelo e-mail atendimento@moveenergia.com. A AGO terá início às 13h00, em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos cooperados; às 14h00, em segunda convocação, com a presença da metade mais 1 (um) dos cooperados; e às 15h00, em terceira e última convocação, com a presença de, no mínimo, 10 (dez) cooperados, para tratar da seguinte Ordem do Dia: 1) Prestação de contas do exercício de 2025; 2) Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas do exercício; e 3) Assuntos gerais de interesse da Cooperativa. OBSERVAÇÕES: Para efeito do cálculo de quórum, a Cooperativa possui 21.399 (vinte e um mil trezentos e noventa e nove) cooperados em 11 de fevereiro de 2026. Florianópolis/SC, 17 de março de 2026. Paula Areão da Silva Franzoni - Presidente.

Secretaria de Estado da Comunicação

Publicações Legais

LISTAGEM OFICIAL DOS EDITAIS DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

UDESC

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL Nº 101/2026

Modalidade: Pregão Eletrônico. **Objeto:** Aquisição de Ferramentas, Materiais de Construção, Materiais de Pintura, Equipamentos de Oficina, itens para Jardinagem e utensílios em geral para os Centros de Ensino - CAV, CCT, CEAD, CEART, CEAVI, CEFID, CEPLAN, CERES, CESFI, CESMO, ESAG, FAED e REITORIA da UDESC.

Início da entrega de propostas: a partir das 14 horas do dia 19/03/2026. **Fim da entrega de propostas:** às 14 horas do dia 07/04/2026. **Abertura da sessão:** a partir das 14 horas do dia 07/04/2026. **Início da disputa:** a partir das 14:15 horas do dia 07/04/2026. O edital e seus anexos estão disponíveis no site udesc.br/cct. Informações sobre o edital serão prestadas através do e-mail clico.cct@udesc.br, ou no seguinte endereço: Rua Paulo Malschitzky, nº 200, Campus Univ. Avelino Marcante, CEP 89219-710, Bairro Zona Industrial Norte, Joinville/SC, no horário das 13:00 às 19:00, em dias úteis. Processo

SGP-e: UDESC 50796/2025.

E-Sfinge: BADB6E0184BE2E753B60F9BE88D17F59266AA43C

PARA ANUNCIAR LIGUE

48 3212 4127

48 99127 3939

MANDE E-MAIL:
publicidadelegal@ndmais.com.br